



ASA
Articulação no Semi-Árido Brasileiro

III ENCONASA

III Encontro Nacional da Articulação no Semi-Árido

CARTA POLÍTICA

São Luís, 23 de novembro de 2002

Ao Presidente eleito da República Federativa do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, aos Governadores, Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais eleitos, especialmente dos estados que abrigam o semi-árido brasileiro, aos Prefeitos e Vereadores dos municípios inseridos na região semi-árida.

À sociedade brasileira.

Em todo o Brasil, a esperança venceu o medo. A esperança de avançarmos na construção de uma nova sociedade no semi-árido foi o que nos animou durante todo o **III EnconASA – Encontro Nacional da Articulação no Semi-Árido**, que realizamos na bela e acolhedora São Luís do Maranhão, de 20 a 23 de novembro de 2002.

Nós, 185 delegados e convidados oriundos de sindicatos e outros movimentos sociais, organizações não governamentais, ambientalistas, cooperativas, associações comunitárias, igrejas e agências de cooperação, expressando as aspirações e experiências vividas por significativa parcela das populações da região semi-árida reafirmamos os compromissos fundamentais assumidos no **I EnconASA**, em 15 de fevereiro de 2000, em Igarassú, Pernambuco. Eles constituem a Carta de Princípios da ASA – Brasil, cujo conteúdo reapresentamos a seguir:

- *A Articulação no Semi-Árido – ASA – é o espaço de articulação política regional da sociedade civil organizada, no semi-árido brasileiro;*
- *São membros ou parceiros da ASA todas as entidades ou organizações da sociedade civil que aderem à “Declaração do Semi-Árido” (Recife 1999) e à presente Carta de Princípios;*
- *A ASA é apartidária e sem personalidade jurídica, e rege-se por mandato próprio; respeita totalmente a individualidade e identidade de seus membros e estimula o fortalecimento ou surgimento de outras redes de nível estadual, local ou temático, adotando o princípio de liderança compartilhada;*
- *A ASA se fundamenta no compromisso com as necessidades, potencialidades e interesses das populações locais, em especial os agricultores e agricultoras familiares, baseado em: a) a conservação, uso sustentável e recomposição ambiental dos recursos naturais do semi-árido; b) a quebra do monopólio de*

acesso à terra, água e outros meios de produção - de forma que esses elementos, juntos, promovam o desenvolvimento humano sustentável do semi-árido;

- *A ASA busca contribuir para a implementação de ações integradas para o semi-árido, fortalecendo inserções de natureza política, técnica e organizacional, demandadas das entidades que atuam nos níveis locais; apóia a difusão de métodos, técnicas e procedimentos que contribuam para a convivência com o semi-árido;*
- *A ASA se propõe a sensibilizar a sociedade civil, os formadores de opinião e os decisores políticos para uma ação articulada em prol do desenvolvimento sustentável, dando visibilidade às potencialidades do semi-árido;*
- *A ASA busca contribuir para a formulação de políticas estruturadoras para o desenvolvimento do semi-árido, bem como monitorar a execução das políticas públicas;*
- *A ASA se propõe a influenciar os processos decisórios das COPs - Conferências das Partes da Convenção de Combate à Desertificação, das Nações Unidas, para fortalecer a implementação das propostas da Sociedade Civil para o Semi-Árido, e busca articular-se aos outros Fóruns Internacionais de luta contra desertificação.*

Neste momento político, a reafirmação desses princípios é importante para fundamentarmos as nossas críticas e proposições. O semi-árido tem uma experiência secular de intervenções governamentais - de cunho principalmente assistencialista – intervenções que deixaram como resultado o reforço do poder das “elites” que assentam sua dominação no clientelismo. As populações rurais são castigadas menos pela seca do que por políticas social, econômica, ambiental e culturalmente excludentes.

Queremos apresentar aqui os desafios de uma outra política cujo objetivo deve ser a sustentabilidade da agricultura familiar no semi-árido, respeitando a dignidade dos homens e das mulheres do campo, resgatando suas experiências bem sucedidas e indicando os caminhos a serem trilhados para chegarmos juntos a vencer a fome e a miséria numa região que abriga hoje mais de um terço das unidades familiares de produção do país.

As nossas propostas foram organizadas em torno de sete eixos temáticos: Acesso à Água; Acesso à Terra; Agricultura Familiar; Preservação e Uso Sustentável dos Recursos Naturais; Educação para a Convivência com o Semi-árido; Criança e Adolescente e Segurança Alimentar, demonstrando que o **Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC**, embora essencial, é somente a porta de entrada para uma atuação bem mais abrangente.

Ao apresentar aqui os resultados do III EnconASA, a ASA expressa a esperança que estas propostas estratégicas serão apoiadas pelos poderes legislativo e executivo, a nível federal, estadual e municipal, marcando uma nova era de solidariedade com um dos segmentos mais injustiçados do Brasil.

ACESSO À ÁGUA

No semi-árido, o acesso à água é um direito humano básico que necessita ser urgentemente efetivado para toda a população, em especial aos agricultores familiares. As políticas de recursos hídricos, historicamente desenvolvidas para a nossa região, baseadas prioritariamente nas grandes obras hídricas, provocaram degradação ambiental e exclusão social. A oferta centralizada de água através de grandes barragens e adutoras, centrada numa política historicamente emergencial e clientelista, articulada a uma gestão raramente participativa, beneficiam os grandes proprietários e as grandes empresas e não democratizam o acesso à água de qualidade para todos. As legislações, por sua vez, apontam para a crescente mercantilização da água, suprimindo o direito das populações tradicionais a este bem essencial a vida.

Diante deste quadro nos posicionamos:

- ✓ A favor da **imediata** implantação do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais – P1MC como uma política pública de democratização e acesso à água de qualidade pelas famílias do Semi-árido brasileiro;
- ✓ Pela incorporação nas políticas públicas governamentais, das várias propostas e experiências de captação, armazenamento, aproveitamento e manejo da água desenvolvidas pela sociedade civil do semi-árido brasileiro;
- ✓ Contra a transposição de bacias e a favor da revitalização e da gestão participativa das mesmas;
- ✓ Contra a privatização da água e da internacionalização da Amazônia.

ACESSO À TERRA

A histórica concentração fundiária no semi-árido brasileiro é uma das principais causas da situação de pobreza e miséria da região. Os grandes projetos hidrelétricos, de armazenamento de água, de irrigação, de reflorestamento ou de exploração agropecuária têm reforçado esta injusta estrutura de distribuição das terras. A política de assentamento, já que a rigor não se pode falar de reforma agrária no país, trouxe algumas melhorias pontuais, mas a grande maioria dos agricultores familiares ainda trabalha em terras alheias ou nos minifúndios. Somente uma pequena parcela dispõe de uma quantidade de terra adequada para as condições do semi-árido.

Diante desse dramático quadro a ASA:

- ✓ Afirma seu apoio e integração à campanha pelo Limite do Tamanho da Propriedade da Terra (35 módulos fiscais), desenvolvida pelas entidades do Fórum pela Reforma Agrária e Justiça no Campo;
- ✓ Reivindica a regularização da posse da terra através de emissão de títulos definitivos às diversas categorias de agricultores familiares, que não detêm a propriedade formal da terra;
- ✓ Defende uma reforma agrária que leve em conta as especificidades e diversidades regionais;
- ✓ Reforça a desapropriação como principal instrumento para se empreender uma reforma agrária que garanta a mais ampla inclusão social;

- ✓ Afirma a sua posição contra a reforma agrária de mercado, representada pelo novo mundo rural e seus instrumentos: banco da terra, cédula da terra, reforma agrária solidária e cadastro nacional via correios, que excluem os trabalhadores, sobretudo as mulheres e jovens, do acesso à terra;
- ✓ Apoia o imediato reconhecimento das terras das comunidades quilombolas; a demarcação e proteção das terras indígenas e das unidades de conservação e a implantação de sistemas sustentáveis de assentamentos, garantido o reassentamento aos posseiros agricultores familiares;
- ✓ Reivindica a implementação de uma política agrícola voltada para os assentados da reforma agrária que privilegie as ações com enfoque agroecológico e de convivência com o semi-árido, com linhas de crédito adequadas, a partir de interesses e aptidões das realidades locais.

AGRICULTURA FAMILIAR

Aos agricultores e agricultoras familiares do Semi-árido historicamente tem sido negada a oportunidade de se afirmarem enquanto protagonistas de seus destinos, inclusive porque a agricultura familiar não é vista como setor economicamente viável. Esta exclusão tem se materializado nas políticas de crédito, assistência técnica, pesquisa e, mais recentemente, de certificação de seus produtos. Aliado a isso, as práticas sustentáveis construídas pelos agricultores e agricultoras e suas organizações não são devidamente valorizadas.

Nesta perspectiva, assim nos posicionamos:

- ✓ A agricultura familiar é um dos principais eixos estratégicos do desenvolvimento solidário do semi-árido e as concepções e práticas da agroecologia constituem a base do desenvolvimento sustentável do campo, estando estas formulações explicitadas na carta política do Encontro Nacional de Agroecologia, cujo conteúdo ajudamos a construir e é a referência para nossa ação;
- ✓ Reivindicamos uma assistência técnica adequada ao semi-árido, pública, mas não necessariamente estatal e construída com a participação efetiva e sob o controle das entidades representativas dos agricultores e agricultoras familiares;
- ✓ Contestamos a atual submissão dos créditos à lógica dos bancos, os quais não foram pensados para os pobres e para as especificidades do semi-árido e propomos que as normas creditícias sejam readequadas, levando em conta o ritmo plurianual das atividades agropecuárias e as necessidades de elasticidade dos prazos de pagamento;
- ✓ O crédito rural e o microcrédito devem ter caráter educativo e solidário e a democratização dos financiamentos para a maioria da população do semi-árido deve ser feita prioritariamente pelas “oscip” de microcrédito e cooperativas de crédito;
- ✓ A certificação dos produtos da agricultura familiar não deve estar subordinada ao atual sistema de certificação, sendo necessário o reconhecimento oficial dos processos participativos e eticamente responsáveis de certificação que estão sendo construídos pelas organizações da sociedade civil;
- ✓ A desburocratização dos processos de acesso à aposentadoria para os trabalhadores e trabalhadoras rurais é uma exigência para a efetivação da cidadania no campo.

PRESERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

Os recursos naturais do semi-árido, em especial o bioma caatinga, vêm sendo submetidos a uma intensa utilização, não apenas pelas populações locais, mas também por madeireiros, carvoeiros, e, principalmente indústrias, em especial as de gesso, caracterizando um forte processo de degradação, que avança, em algumas regiões, para uma situação de desertificação. Além disso a tradicional agrobiodiversidade do semi-árido brasileiro, conhecida dos povos indígenas e desenvolvida pela ação dos agricultores e agricultoras familiares, vem sendo rapidamente reduzida em função da modernização tecnológica fomentada pela ação articulada dos governos e grandes empresas do agronegócio.

As organizações que compõem a ASA vem procurando reverter esse quadro e nesse sentido defendemos os seguintes pontos:

- ✓ Preservação em Unidades de Conservação, de, no mínimo, 10% do bioma caatinga;
- ✓ Realização de um estudo diagnóstico e propositivo sobre a caatinga, identificando o nível de destruição e os seus causadores, as potencialidades de preservação nas diferentes regiões e as propostas de manejo sustentável, em especial os sistemas agrossilvopastoris;
- ✓ Levantamento da biodiversidade e sua utilização, bem como as perspectivas de uso como fitoterápicos;
- ✓ Elaboração do Plano Nacional de Combate à Desertificação, com a garantia da participação de todos os segmentos sociais afetos à questão, reconhecendo a ASA como legítima articuladora do processo de elaboração do Plano.

Em relação aos recursos genéticos temos o seguinte posicionamento:

- ✓ Cobramos a aprovação de uma Lei de Recursos Genéticos compatível com os interesses da agricultura familiar e com a agroecologia;
- ✓ Afirmamos nossa oposição ao patenteamento de seres vivos e cobramos a reformulação da atual Lei de Patentes;
- ✓ Reconhecemos as sementes como um Patrimônio da Humanidade;
- ✓ Cobramos a reformulação da atual Lei de Sementes, feita contra os interesses da agricultura familiar e a favor das grandes multinacionais agroindustriais e do capital financeiro;
- ✓ Defendemos a adoção de uma moratória por tempo indeterminado sobre a produção e o comércio de transgênicos até que seja comprovada, com controle público, a inexistência de quaisquer riscos à saúde da população, ao meio ambiente e à autonomia tecnológica e econômica da produção familiar.

EDUCAÇÃO PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO

As populações habitantes do semi-árido, em especial a rural, apresentam os maiores índices de analfabetismo do país. Essa é uma das mais cruéis heranças da elite brasileira com o seu povo. Na era da informação, a falta do domínio da escrita e da leitura é uma das formas de exclusão mais perversas. Para os que estão inseridos no ensino formal, a educação descontextualizada da realidade sócio-cultural e ambiental do semi-árido também não tem permitido que tenhamos uma educação comprometida com a construção de uma cultura de convivência com o semi-árido. Contrapondo-se a isto, a sociedade civil do semi-árido tem procurado valorizar o conhecimento popular, articulando-o com o conhecimento técnico científico, gerando as bases para a convivência com o semi-árido.

A ASA, reconhecendo a importância fundamental da educação para as transformações exigidas pela região semi-árida posiciona-se:

- ✓ Por uma educação formal pública e de qualidade e a serviço de um desenvolvimento incluyente;
- ✓ Pela adequação dos conteúdos à realidade do semi-árido;
- ✓ Pelo respeito a identidade cultural das populações;
- ✓ Por metodologias que garantam a construção do conhecimento a partir da realidade, para transformá-la na perspectiva da solidariedade e da sustentabilidade;
- ✓ Pela garantia da universalização do atendimento escolar com qualidade.

CRIANÇA E ADOLESCENTE

A construção do presente e do futuro do país passa obrigatoriamente pelo respeito aos direitos das crianças e adolescentes contidos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Salvos alguns programas e atividades já em curso, o que se constata é o descumprimento desses direitos pela ausência de políticas que garantam às famílias a sua sustentabilidade econômica, gerando assim o trabalho infantil e outras formas de exploração da criança e do adolescente.

Nesse contexto, nos posicionamos por:

- ✓ Universalização de programas e projetos que viabilizem os direitos das crianças e adolescentes, transformando-os em políticas;
- ✓ Pela necessidade do reconhecimento das demandas específicas do semi-árido nesta área.

SEGURANÇA ALIMENTAR

O Estado de segurança alimentar no semi-árido brasileiro só será sustentável e viável a curto, médio e longo prazos à medida que as ações de superação da fome e da miséria estejam no âmbito de políticas públicas permanentes de educação e estruturação para a convivência com o semi-árido brasileiro, tendo como premissa básica a ampla participação da sociedade civil, na elaboração, execução e fiscalização das políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, promovendo a dignidade e resgatando a cidadania.

A ASA recomenda que as ações públicas e governamentais de caráter emergencial devem:

- ✓ garantir o acesso emergencial a água para o consumo humano e animal;
- ✓ gerar condições para o trabalho produtivo e estruturador para as famílias atingidas pela seca, assegurando o acesso e direito a uma renda mínima às famílias que vivem em situação de pobreza e fome permanente.

Nesse sentido, propomos que o Programa Fome Zero, a ser implementado pelo Governo LULA deve abrir-se à perspectiva de construção de processos sustentáveis e para isso deve ter como uma de suas centralidades o fortalecimento da agricultura familiar no semi-árido, conforme já apresentado nesta carta.

COMUNICAÇÃO SOBRE O SEMI-ÁRIDO

De maneira geral, o sistema de comunicação no Brasil é marcado pelo domínio de poucas e grandes empresas. Por outro lado a sociedade civil e os movimentos sociais vem procurando criar seus próprios meios de comunicação para se contrapor à concentração existente. No semi-árido o controle da comunicação pelas elites locais é muito presente e o movimento pela democratização da informação ainda é incipiente. Além disso a comunicação voltada diretamente para a realidade do semi-árido também é pouco significativa.

Considerando esta realidade propomos:

- ✓ Apoiar o movimento pela democratização da comunicação no Brasil, promovendo reflexões e ações na região semi-árida, em especial sobre o movimento das rádios comunitárias;
- ✓ Ampliar e aprimorar os instrumentos de comunicação, de modo a iniciar a criação uma rede de comunicação popular sobre as concepções e práticas de convivência com o semi-árido.